



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
 Vice-Presidência do Governo Regional
Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente

Exmo. Senhor
 Chefe de Gabinete de Sua Excelência o
 Presidente da Assembleia Legislativa Regional
 R. Marcelino Lima
 9901-858 HORTA

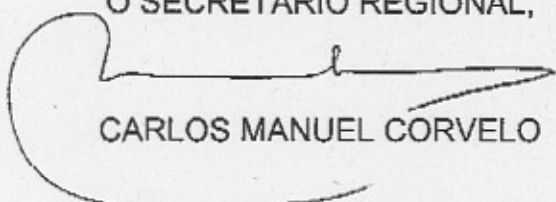
Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		Nº 1579 Proc. 3/11	2005.11.02

ASSUNTO: Plano Regional Anual 2006 - Parecer

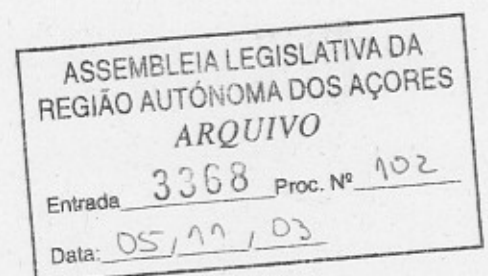
Para os fins convenientes, junto se envia a V. Exa. o parecer da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores sobre o Plano Regional Anual 2006, recebido nestes serviços fora de prazo.

Com os melhores cumprimentos,

O SECRETÁRIO REGIONAL,


 CARLOS MANUEL CORVELO

CC/CN




CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES

Rua Ernesto do Carmo, 13 • 9004 - 331 PONTA DELGADA
 Telef. + 351 - 296 30 50 00 • Fax + 351 - 296 30 50 50
 Contribuinte N.º 612 021 260

CCIA
ANTEPROPOSTA DE PLANO PARA 2006

A economia nacional vem apresentando nos últimos anos um crescimento muito reduzido. A proposta de Orçamento de Estado para 2006 prevê um crescimento de 1.1%, valor claramente inferior à estimativa para a média da U.E., que se situa ligeiramente acima dos 2%. Por outro lado e interligada com esta questão encontra-se a grave situação financeira em que o país se encontra e as consequentes obrigações assumidas no âmbito do Plano de Estabilidade e Crescimento, que exigem uma forte redução do défice orçamental, num processo de ajustamento, contemplando medidas de restrição financeira.

Relacionada com a situação financeira nacional, o Orçamento do estado para 2006 prevê uma redução de transferências para os Açores, importando saber se este quadro provocará alguma alteração no financiamento da anteproposta de Plano para o próximo ano e, em caso afirmativo, em que montantes e em que áreas.

A situação internacional não tem também contribuído para ajudar a economia nacional, uma vez que as maiores economias europeias têm tido um crescimento muito reduzido, a que se junta nomeadamente a escalada do preço do barril do petróleo, não se perspectivando uma evolução muito favorável.

Sendo os Açores uma economia aberta, não poderiam deixar de sentir os reflexos da actual conjuntura, nomeadamente da nacional. Embora com características diferenciadas e com uma menor intensidade, há actividades económicas regionais que estão a atravessar dificuldades, designadamente na área comercial.

É neste contexto de incerteza que a anteproposta de plano para 2006 é apresentada. Baseando-se na análise directa do documento em apreço e da envolvente externa da economia regional, o parecer da CCIA não pode deixar de reflectir e ser condicionado por este quadro.

Numa conjuntura como a actual, o Plano de investimentos governamental assume uma função estratégica acrescida, para mais tendo em consideração o peso do sector público na nossa economia. Nesse sentido, deverá constituir um instrumento privilegiado de dinamização económica e como amortecedor do impacto negativo da situação nacional.

A CCIA, à semelhança do que tem acontecido em anteriores ocasiões, entende salientar que, novamente, não foi disponibilizada a proposta de orçamento, o que inviabiliza uma análise mais aprofundada das opções e políticas governamentais. Apesar de tal situação, entende-se reiterar a necessidade de redução contínua das despesas correntes da administração regional, preocupação que também parece fazer parte de medidas a implementar pelo Governo Regional, de acordo com as indicações apresentadas a esta Câmara durante a reunião prévia sobre este assunto.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES

Rua Ernesto do Canto, 13 - 9504 - 531 PONTA DELGADA
 Telef. + 351 - 296 30 50 00 - Fax + 351 - 296 30 50 50
 Contribuinte N.º 512 021 200

CCIA

A anteposta de plano para 2006 encontra-se inserida nas Orientações de Médio Prazo (OMP) 2005-2008, fazendo, por conseguinte, parte da estratégia definida naquele documento. Por tal facto, esta Câmara não pretende fazer uma apreciação aos objectivos e medidas prevista naquele documento, uma vez que emitiu oportunamente parecer sobre o mesmo. A CCIA entende ser fundamental fazer nesta ocasião uma apreciação relativamente à afectação das verbas e da sua coerência/compatibilização com os objectivos, medidas e acções nesta anteposta que se encontra em apreciação.

Relembra-se a concordância genérica da CCIA com os objectivos e orientações traçadas nas OMP. Por outro lado, manifestámos a discordância com a distribuição das verbas para os sectores secundário e terciário, que continuam a perder peso no cômputo dos planos.

Defende esta Câmara que a aposta deve assentar numa estratégia que privilegie uma economia estável, através de uma forte e clara aposta nas estratégias, políticas e instrumentos dos vários sectores, de forma interligada, aproveitando as diferentes sinergias. Por exemplo, uma aposta no turismo não se prende apenas com as políticas desenvolvidas neste âmbito, mas passa por todas as outras, nomeadamente a política de transportes, do ambiente e mesmo da promoção externa de produtos regionais.

Em termos genéricos, constata-se que a anteposta de Plano para 2006 introduz alguns acréscimos em programas directamente ligados às actividades produtivas, dando maior coerência entre os objectivos enunciados e os meios disponibilizados para a sua execução, aspecto que não podemos deixar de realçar.

Procede-se de seguida a uma análise mais detalhada aos programas com maior relação com as áreas que esta Câmara representa.

QUALIFICAR OS RECURSOS HUMANOS, POTENCIANDO A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Este é o grande objectivo deste Plano que conhece o maior acréscimo, uma vez que regista um aumento de 22,7%, relativamente a 2005.

Há diversos programas neste objectivo que se revelam fundamentais para melhorar a competitividade da nossa economia, como são os casos da educação, da formação profissional e da actividade científica e tecnológica, e que merecem, por conseguinte, uma atenção especial desta Câmara, tendo em conta a sua repercussão na vida das empresas.

Passamos a fazer uma breve análise a alguns programas:



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES

Rua Ernesto do Canto, 13 - 9504 - 531 PONTA DELGADA
 Telef. + 351 - 298 30 50 00 - Fax + 351 - 298 30 50 50
 Contribuinte N.º 512 021 200

CCIA

Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica - Em nosso entender, esta deveria ser a área por excelência de apoio e ligação entre a actividade científica e tecnológica e o tecido empresarial. Constatou-se, no entanto, que este programa continua a não estar vocacionado para as empresas.

Esta Câmara não se pronuncia sobre o interesse de um conjunto de projectos deste programa, mas constata que exceptuando o denominado de "Iniciativas de I&D de Contexto Empresarial (PRICE)", não há outros com interesse directo para as empresas.

Entendemos, também, que deveria haver uma interligação deste programa com o projecto 13.1.1 "Dinamização do Sistema Tecnológico", que prevê nomeadamente apoio à investigação e transferência de tecnologia às empresas. Para este projecto, que se insere no Programa 13 - Desenvolvimento Industrial, e que se reveste de especial interesse para as empresas, está prevista uma verba de apenas 95 000 euros.

No que se refere aos apoios às acções de formação profissional - Programa 3 - Juventude, Emprego e Formação Profissional - regista-se, como positivo, o acréscimo da dotação global deste programa, que é, sem dúvida, fulcral para formar e melhorar a qualificação dos nossos recursos humanos.

Embora se verifique um crescimento em relação a 2005, considera-se que a verba para a "Reconversão e Qualificação de Activos" se afigura insuficiente face às necessidades das empresas e às obrigações a que estas estão sujeitas em termos de disponibilização de formação aos seus trabalhadores.

Por forma a estimular o investimento na formação profissional, considera-se que é indispensável encontrar mecanismos que premiem as empresas e as organizações que investem na qualificação e na gestão das competências dos seus trabalhadores. Uma solução pode passar pela criação de benefícios fiscais e de redução dos encargos sociais, nomeadamente nas situações em que as acções não são financiadas por fundos públicos.

AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA

Este grande objectivo conhece um crescimento global de aproximadamente 11%, em relação à dotação de 2005. Tal acontece fundamentalmente devido ao crescimento da verba destinada aos apoios à coesão e ao desenvolvimento de "parcerias público privadas", que passa de 2 milhões para 20 milhões de euros.

Reiterando a posição tomada aquando da criação do Fundo Regional de Coesão, a CCIA considera importante que haja medidas que contribuam para a coesão económica regional, nomeadamente através de apoios que discriminem positivamente as empresas estabelecidas nas ilhas onde o desenvolvimento de projectos empresariais enfrenta dificuldades acrescidas.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES

Rua Ernesto do Canto, 13 - 9504 - 531 PONTA DELGADA
 Telef. + 351 - 296 30 50 00 • Fax + 351 - 296 30 50 50
 Contribuinte N.º 512 021 260

CCIA

Breve análise de alguns programas:

O programa "Desenvolvimento do Turismo" conhece um aumento significativo em termos relativos (39.1%), ou seja mais 3.168 milhões de euros. Este acréscimo é influenciado essencialmente pelo montante destinado às campanhas publicitárias, que passa de 6.5 milhões para 9 milhões de euros.

Nos últimos anos, houve um grande investimento no sector do turismo, nomeadamente ao nível da oferta de alojamento, tornando-se indispensável que os agentes económicos vejam rentabilizados os seus investimentos. É indispensável, portanto, que haja uma grande atenção e investimento ao nível da promoção, por forma a alcançar-se os mercados e segmentos onde os Açores querem e podem ser competitivos.

Desenvolvimento Industrial é um programa que conhece um aumento de aproximadamente 500 mil euros, quando comparado com 2005. Apesar deste acréscimo continua-se a considerar insuficiente este montante, tendo em consideração as acções a desenvolver e a contínua degradação que este programa tem conhecido ao longo dos últimos anos. Há que ter em consideração que este aumento é muito influenciado pelo projecto "Infraestruturas de apoio à actividade empresarial", ou seja instalações para serviços públicos e, portanto, sem relação directa com os objectivos deste programa.

Merceo realce positivo o aumento verificado na "Promoção da Qualidade e Inovação", que passa de 84 150 para 275 000 euros, o que representa uma maior aposta nesta área.

Como fizemos atrás referência, o projecto "Dinamização do Sistema Tecnológico" dispõe de uma dotação praticamente residual, ou seja de 95 000 euros. Mais uma vez questionamos a ligação, ou a sua falta, com a área da actividade científica e tecnológica.

Ao contrário do que esta Câmara esperaria, o programa 14 - **Desenvolvimento do Comércio e Exportação** sofre uma *redução* de 13.2% em relação ao montante que dispunha em 2005. Esta situação é agravada pelo facto deste programa ter vindo a conhecer verbas cada vez menores. Os números são bem demonstrativos:

Plano de 2005 : € 869 950

Previsto para 2006 nas OMP: € 920 347

Anteproposta de Plano para 2006 : € 755 000

Este é o programa de todo o plano que tem menor dotação, o que parece ser sintomático da opção governamental para esta área.

Neste programa estão incluídos os apoios à promoção externa dos produtos regionais. Havendo necessidade de se melhorar a relação exportações/importações afigura-se ser manifestamente insuficiente a verba disponível, que é sensivelmente semelhante à de 2005.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES

Rua Ernesto de Castro, 13 - 9504 - 531 PUNTA DELGADA
 Telef. + 351 - 296 30 50 00 - Fax + 351 - 296 30 50 50
 Contribuinte N.º 512 021 260

CCIA

Uma vez mais salientamos que, as acções a desenvolver devem ser realizadas de forma concertada com outros programas, no sentido a possibilitar a divulgação dos Açores no seu todo, promovendo a imagem dos produtos regionais conjuntamente com a imagem dos Açores.

No plano de 2005, este programa tinha previsto apoiar a "constituição de uma agência empresarial em Bruxelas". Tal objectivo, que não foi concretizado, não consta da anteproposta de Plano para 2006. Esta Câmara considera que é indispensável assegurar uma representação empresarial açoreana em Bruxelas, por forma a garantir uma defesa mais eficaz dos interesses das nossas empresas junto das instituições comunitárias. Por tal facto, esta Câmara não compreende esta omissão e, por isso, considera que é necessário retomar o referido objectivo dotando-o dos respectivos meios financeiros.

O programa 15 - **Promoção do Investimento e da Coesão** - engloba os apoios financeiros ao investimento, à coesão e às parcerias público privadas, sendo estas últimas a influenciar decisivamente a dotação deste programa (passa de 2 para 20 milhões de euros).

No que se refere aos sistemas de incentivos verifica-se uma redução de 2 milhões de euros. Esta proposta não apresenta razões para a redução prevista, não dispondo a CCIA de elementos que permitam aferir da sua adequação face às necessidades de satisfazer os compromissos com os promotores. Esta Câmara deixa um alerta, que tem como objectivo evitar situações como as verificadas no passado e que, de alguma forma, minaram a confiança dos empresários nos sistemas de incentivos.

No âmbito deste programa considera-se positivo a criação de um novo apoio ao empreendedorismo, iniciativa que merece o apoio desta Câmara. Este novo sistema deverá apostar fortemente no desenvolvimento de ideias, negócios e projectos, que tenham um carácter marcadamente inovador, tendo-se em consideração a realidade geográfica da localização do projecto. Esta questão prende-se com a reduzida dimensão dos nossos mercados e com as consequências de incentivar e apoiar financeiramente o aparecimento de novas empresas em áreas em que há uma oferta significativa e o que tal pode significar em termos de desestabilização do mercado.

Encontra-se também prevista a criação de um instrumento financeiro de apoio ao micro-crédito destinado aos mais desprotegidos. Esta Câmara entende salientar que já existem apoios para a criação de auto emprego, no âmbito do mercado social de emprego, devendo, por consequência, evitar-se criar novos apoios, tendo como objectivo os mesmos destinatários e para resolver os mesmos problemas.

No caso de se optar pela criação de um novo instrumento jurídico, importa compatibilizá-lo com outros sistemas de incentivos já existentes, como são nomeadamente os casos do SIDEL e SIDET, por forma a evitar-se as situações de desigualdade de tratamento entre empresários, como tem acontecido no que se refere às Iniciativas Locais de Emprego (ILE).



CCIA

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES

Rua Ernesto do Canto, 13 - 9504 - 521 PONTA DELGADA
 Telef. + 351 - 296 30 50 00 - Fax + 351 - 296 30 50 50
 Contribuinte N.º 512 U21 260

INCREMENTAR O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A EFICIÊNCIA DAS REDES ESTRUTURANTES

Este objectivo apresenta um crescimento global de 17.8%, o que se revela o 2º maior de todo o plano.

Neste objectivo encontram-se programas com relevância para a vida empresarial e que são transversais como são os casos do ordenamento do território e da qualidade ambiental; da construção e reabilitação de estradas; dos transportes marítimos e aéreos e do sector energético.

Neste âmbito, a CCIA entende reafirmar a sua posição no que se refere ao ambiente e à necessidade de "manter a imagem que está associada aos Açores, ou seja de ilhas sem poluição, como destino turístico de natureza e de produtos de qualidade e ecológicos".

No que se refere ao programa 24 - **Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos** gostaríamos de ver contemplado a dinamização de uma ligação a outras regiões insulares para efeitos mercantis, como por exemplo às Ilhas Canárias, indo de encontro às expectativas dos empresários, bem manifestadas nomeadamente através das recentes missões empresariais.

EM SÍNTESE

Esta ante proposta faz apostas significativas em várias áreas, que a CCIA considera positivas, principalmente na promoção do investimento e da coesão, na promoção do turismo, apesar das reservas e observações feitas relativamente a algumas áreas.

Reconhecemos que esta ante proposta está globalmente mais voltada para o sector produtivo do que os planos de anos anteriores e que contempla, também, algumas das medidas de política económica que esta Câmara tem vindo a defender, numa perspectiva de melhorar o enquadramento para o desenvolvimento da actividade empresarial e da economia regional.

Ponta Delgada, 28 de Outubro de 2005

O Presidente da Direcção

Carlos Alberto da Costa Martins